



LETRAMENTO EM EDUCAÇÃO MENSTRUAL: RESSIGNIFICANDO NARRATIVAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MONTES CLAROS

Isabel Macedo Avelar

Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

bel_avelar@hotmail.com

Eixo: Educação e Diversidade

Palavras-chave: Educação Menstrual; Igualdade de Gênero; Menstruação.

Contextualização e justificativa da prática desenvolvida

A menstruação, embora constitua um processo natural do corpo, foi historicamente construída a partir de tabu e estigmas e associada à vergonha, à impureza, a patologia e a sujeira. Esses sentidos, enraizados em perspectivas machistas e coloniais, não apenas silenciam o caráter simbólico e político do sangue menstrual, mas também sustentam mecanismos de opressão que afetam diretamente a vida das pessoas que menstruam¹.

O Brasil tem hoje cerca de 7,5 milhões de meninas que menstruam na escola. E, a cada geração, a puberdade acontece mais cedo e, conseqüentemente, a menarca também. A idade média da primeira menstruação é entre 8 e 15 anos, sendo que ocorre entre 8 e 12 anos para 42% delas. (UNFPA; UNICEF, 2021, p. 17). Considerando esse fato, as pessoas que menstruam chegam a passar cerca de 5, 6 anos menstruando durante sua vida escolar.

Nessa perspectiva, a pobreza menstrual ultrapassa a dimensão da saúde e do acesso a recursos básicos de higiene, tornando-se também uma barreira ao direito à educação. É um fenômeno que atinge cerca de 60 milhões de pessoas no Brasil e representa desigualdades estruturais que atravessam gênero, raça e classe social, impactando o acesso a direitos, oportunidades e à educação. A ausência de condições adequadas para lidar com a menstruação impacta a frequência escolar, contribui para a evasão ou abandono escolar e limita o desempenho acadêmico, afetando o seu processo de aprendizagem e gerando impactos em sua vida adulta (UNFPA; UNICEF, 2021).

Compreender a menstruação no campo educacional significa reconhecer como os estigmas e desigualdades associados ao ciclo ovulatório-menstrual se traduzem em obstáculos concretos ao processo de aprendizagem e à permanência escolar. De acordo com Freire (2005), o indivíduo, quando destituído de uma educação libertadora e consciente, pautada em reflexões críticas, acaba inserido em um contexto permeado por julgamentos, no qual a sociedade promove sua exclusão e desumanização, conduzindo-o à marginalização frente a essa mesma estrutura social opressora. O espaço escolar deve ser desafiado a se configurar como um lugar de reflexão, diálogo e produção de conhecimentos que contribuam para a superação de

¹ É importante reconhecer que nem toda mulher cisgênero menstrua e que outros corpos menstruam, como os homens transgênero, as pessoas não binárias e as pessoas intersexo (Menegotto, 2022).



opressões e desigualdades. O processo educacional deve contribuir para a formação humana e integral para além dos conteúdos curriculares.

Abordagens acadêmicas que lidem com a pobreza menstrual de maneira situada, historicizada e interseccional, possibilitam a análise crítica das imbricações relativas as experiências menstruais, que se complexificam e reproduzem formas distintas de pobreza menstrual.

Problema norteador e objetivos

As pessoas que menstruam passam de 5 a 6 anos, em média, menstruando na escola e é preciso se questionar: qual é o acesso a informações seguras e condições de realizar a gestão do sangue menstrual que está sendo garantida para as pessoas que menstruam no ambiente escolar?

Objetivo:

Relatar a experiência e as reflexões advindas das Oficinas de Letramento em Educação Menstrual, realizadas entre 2023 e 2026, em escolas públicas estaduais e municipais de regiões periféricas de Montes Claros-MG, com adolescentes do sexo feminino, entre 10 e 18 anos.

As oficinas são propostas como uma prática de emancipação, resistência e transformação, confrontando os tabus, estigmas e narrativas que reproduzem a opressão sobre pessoas que menstruam.

Procedimentos e/ou estratégias metodológicas

As oficinas de Educação Menstrual relatadas no presente estudo foram realizadas dentro do Programa BIOTEMAS nas escolas, programa vinculado ao Departamento de Estágio e Práticas Escolares – DEPE e à Pró Reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – MG e dentro de um projeto aprovado na Lei Paulo Gustavo de Cultura da Prefeitura Municipal de Montes Claros-MG.

Para a realização das Oficina de Educação Menstrual foram selecionadas adolescentes do sexo feminino, de escolas públicas estaduais e municipais, com idade entre 10 e 18 anos. A escolha de dividir a sala de acordo com as características de sexo foi permitir que as meninas se expressassem de maneira mais natural, livre das inibições e dos sentimentos de vergonha que geralmente acompanham as conversas sobre o ciclo ovulatório-menstrual.

Previamente à realização das Oficinas, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica e coleta de dados de conhecimentos tradicionais e científicos e sistematização desses dados para serem apresentados de maneira mais acessível para as adolescentes.

A metodologia escolhida foi a realização de oficinas educativas dialógicas abordando temas como ciclo ovulatório-menstrual, mitos, tabus e direitos menstruais. As atividades integraram recursos visuais, discussões em grupo e estratégias de comunicação acessíveis, promovendo diálogo horizontal e troca de saberes. Para Freire (2005), a educação dialógica se faz de A com B, por meio da problematização e da reflexão crítica, e possibilita a ressignificação de saberes, experiências e conceitos.

No início da oficina, foram propostas algumas perguntas norteadoras acerca da vivência pessoal de cada uma com o ciclo ovulatório-menstrual e autoconhecimento da anatomia e fisiologia do sistema sexual feminino. Algumas perguntas utilizadas foram: “Com qual idade



“você menstruou pela primeira vez?”; “Quando você menstruou já havia ouvido falar sobre a menstruação?”; “Após menstruar, já ouviu a frase: “|Agora você virou mocinha, tem que tomar cuidado para não engravidar”; “Quais atividades você já ouviu falar que não podem ser feitas durante a menstruação?”; “Quais alimentos já ouviu falar que não podem ser ingeridos durante a menstruação?”; “Quais sintomas você sente no período menstrual?”, “Quais sintomas você sente no período pré-menstrual?”, “Qual a sua relação com o ciclo menstrual?”, “Você consegue reconhecer quando você está passando pela ovulação?”, “Você sabia que a nomenclatura da região genital feminina é vulva e não vagina?”, “Você já foi ao ginecologista?”, “Qual solução menstrual você utiliza no período menstrual?”; dentre outras perguntas e dúvidas que surgem ao longo da oficina e que podem ser diferentes dependendo da idade e do local onde a oficina é realizada.

A partir das respostas trazidas por elas, as informações temáticas foram apresentadas na perspectiva dialógica, de maneira a buscar um contato natural e cuidadoso com o ciclo ovulatório-menstrual, possibilitando e estimulando o seu autoconhecimento e auto percepção positiva da experiência com a menstruação e com o corpo e a desconstrução de estigmas e tabus relacionados ao ciclo ovulatório-menstrual.

Fundamentação teórica que sustentou/sustenta a prática desenvolvida

Ao longo dos últimos anos, é possível visualizar um crescente aumento do debate sobre a menstruação. O tema tem ocupado as redes sociais, as conversas entre adolescentes e nos últimos cinco anos a dignidade menstrual entrou na agenda pública, “se transformando em lei federal e diversas leis estaduais e municipais, que instituíram políticas públicas para o enfrentamento à pobreza menstrual” (UNFPA, UNICEF, 2021, p. 10).

No estado de Minas Gerais, a partir da Lei Estadual nº 2304 e da Resolução da Secretaria de Estado de Educação nº 4.826 (2023), que institui o Programa Dignidade e Saúde em Ciclo (PDSC) nas escolas públicas de Minas Gerais (Minas Gerais, 2023), a realização de oficinas de Educação Menstrual em escolas tornou-se possível. Esse programa visa a reflexão sobre a menstruação e garantir o direito à dignidade menstrual a todas as estudantes da rede estadual de ensino e a distribuição de absorventes gratuitos para populações de baixa renda e vulnerabilidade social. Porém, o texto do PDSC ainda trata a menstruação a partir de uma visão biologicista e higienista e deixa de falar sobre os aspectos históricos e socioculturais relacionados aos tabus e preconceitos menstruais.

Para o desenvolvimento das atividades na escola tem-se como base às Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Destaca-se, em especial:

Competência Geral 8: autoconhecimento e autocuidado: conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. (BRASIL, 2017, p.5)

As ações de educação integral em sexualidade, incluindo a educação menstrual, buscam garantir o fortalecimento da autonomia das adolescentes, possibilitar uma maior segurança para dialogar sobre o próprio corpo, uma maior compreensão dos aspectos fisiológicos do ciclo ovulatório-menstrual e a desconstrução de estigmas e tabus sobre a menstruação. O parâmetro Curricular Nacional (PNC-saúde) apresenta que



(...) é preciso educar para a saúde levando em conta todos os aspectos envolvidos na formação de hábitos e atitudes que acontecem no dia-a-dia da escola. Por esta razão, a educação para a Saúde será tratada como tema transversal, permeando todas as áreas que compõem o currículo escolar. (BRASIL, 1997, p.245)

Os temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana são assuntos de grande interesse e relevância social e as informações acerca dessas temáticas devem ser mais amplamente difundida, não apenas com o enfoque para prevenção à gravidez não intencional, mas também como uma ferramenta para que as pessoas que menstruam conheçam seus próprios corpos, seu ciclo ovulatório-menstrual e haja promoção de bem-estar.

A ausência de locais onde se possa falar abertamente sobre a menstruação contribui para o aumento de sentimentos de angústia, insegurança e vergonha com relação a esse evento natural. Esse é um assunto tabu e evitado nas rodas de conversas em família, nas escolas, nos círculos de amigos e, até mesmo por profissionais de saúde. Existem, ainda, muitos mitos negativos relativos ao período menstrual, como a proibição de ingerir alguns alimentos, lavar a cabeça enquanto estiver sangrando, tocar em objetos, frequentar determinados lugares e até colher fruta no pé. Meninas são frequentemente excluídas de determinadas atividades, da cozinha e até de práticas religiosas. (Sempre Livre e Plan Internacional, 2020).

A psicóloga e pesquisadora colombiana Carolina Ramirez Vásquez (2022) defende que a educação menstrual deve ser concebida “como o conjunto de práticas intencionadas à transformação das narrativas menstruais que condicionam de forma negativa a experiência corporal, emocional e psíquica de mulheres, meninas e outras pessoas menstruantes (p. 12)”. O ambiente escolar têm sido um dos principais locais escolhidos para se realizarem ações e Oficinas de Educação Menstrual devido a sua relevância para a formação pessoal e profissional dos sujeitos.

Nesse ambiente, são construídas as primeiras noções de corpo e das diferenças sexuais, a *pedagogia da sexualidade*, termo cunhado por Corrigan² (*apud* Louro, 2010, p. 17). O processo de escolarização contribui para a formação dos estereótipos de masculino e o feminino, através do disciplinamento dos corpos. Dayrell³, (*apud* Gomes, 2023, p. 6), afirma que “a escola se configura como espaço de socialização, indo além da relação ensino-aprendizagem, compreendendo-a como um espaço sociocultural”. Por isso, os temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, bem como as ações de educação integral em sexualidade - que devem incluir a educação menstrual, são assuntos de grande interesse e relevância social e ser tratados integralmente nos componentes curriculares.

A menstruação é influenciada e concebida com alicerces em inúmeros stigmas e mitos, advindos de uma sociedade capitalista-patriarcal-racista-transfóbica que controla os corpos que menstruam, condicionando-os às margens das relações e que se retroalimenta das desigualdades sociais. Por isso, a educação menstrual, numa perspectiva emancipatória, feminista crítica e decolonial, representa a retomada do poder de transformar as realidades impostas sobre os corpos que sangram, especialmente sobre as meninas e mulheres, que retomam, desta forma, a

² CORRIGAN, Philip. “*Making the boy: meditations on what grammar school did with, to and for my body*”. In Henri Giroux (org.), *Postmodernism, feminism and cultural politics*. Nova York: State University of New York Press, 1991. p.196-216.

³ DAYRELL, J. *A escola como espaço sócio-cultural*. In: DAYRELL, J. (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.



posse de seu corpo enquanto ser humano, cujo destino deixa de ser atrelado a seu potencial reprodutor.

Resultados da prática

No presente estudo serão relatados e analisados os dados obtidos em oficinas que aconteceram entre novembro de 2023 e abril de 2026, respectivamente. Espera-se, desse modo, contribuir para a obtenção de mais informações acerca da realidade vivenciada pelas adolescentes na cidade de Montes Claros-MG, no que tange à menstruação.

De acordo com Bretas, *et al* (2008), o acontecimento da menarca, como um ritual de passagem, é vivenciado pela adolescente durante o período de seu desenvolvimento, considerado de extrema relevância, que deve ser minuciosamente vivido pelas adolescentes. Por meio da menarca, a menina descobre seu papel social, adquirindo subsídios como valores, atitudes, crenças, princípios e vontades que serão organizados e assumidos por ela, servindo de base para a consolidação de seu processo natural de desenvolvimento psíquico.

Ao ser apresentado o tema da Oficina a maior parte das jovens mostraram-se bastante envergonhadas e outras descontentes - demonstrando até certo descaso -, com a temática a ser trabalhada. Algumas das expressões utilizadas foram: “Ah, odeio menstruar!”, “Nossa, sinto muita cólica”, “Não pode ser outra coisa, não?!”. As reações observadas são compreensíveis uma vez que a menstruação é comumente falada e tratada a partir de uma visão que gira em torno do adoecimento, tornando processos fisiológicos normais, como a menstruação e a menopausa, em doenças, levando a uma excessiva medicalização de nossos corpos e pouca autonomia sobre o corpo e a saúde. (Martin, 2018). Desse modo, falar de maneira positiva sobre o que a menstruação representa para o corpo feminino saudável e a razão pela qual é importante que ela ocorra todos os meses, foram os temas centrais dessas oficinas.

Durante as oficinas, percebeu-se que a idade média da maioria das adolescentes é em torno de 11 a 13 anos, confirmando os dados da UNFPA/UNICEF, (2021, p. 17). A idade mais jovem que apareceu nas oficinas foi de 8 anos e a mais velha de 15 anos. A diferença de idade entre as adolescentes que participaram das oficinas também impactou na maneira como as adolescentes receberam a temática a ser trabalhada. As adolescentes mais jovens mostraram-se bastante envergonhadas e outras descontentes, enquanto que as adolescentes com um pouco mais de idade mostraram-se mais receptivas e mais conscientes acerca das discussões trazidas. Em ambas as edições, as adolescentes relataram sentir desconfortos durante o período menstrual, como: cólicas, inchaço, dores de cabeça, irritabilidade, instabilidade emocional, e algumas relataram que odeiam menstruar.

A grande maioria das adolescentes relatou ter ouvido a frase popular “agora você virou mocinha”, ao menstruarem pela primeira vez. Essa frase transforma a menarca em um evento que cria uma nova realidade para aquela criança/adolescente. Menstruar, definitivamente, não é apenas um acontecimento biológico mensal. A menarca (a primeira menstruação) é vista na cultura ocidental como uma transição simbólica da menina para a mulher.

Como coloca Eugenia Tarzibachi (2017), tornar-se uma menina/mulher que menstrua marca fortemente um caminho social de existência que será percorrido a partir daí. A menarca é vista como uma transição “natural” de menina para mulher e representa a necessidade de



adotar práticas de controle do corpo para encaixá-lo no que se entende por feminino. E o termo feminino abarca aqui dois temas de peso: maternidade e sexualidade.

De acordo com Tarzibachi (2017), a maternidade segue sendo usada como sentido central para explicar o que é a menstruação. Menstruo, logo posso ser mãe. Quando se nasce com aparelho reprodutor feminino, a maternidade é o destino socialmente esperado. Judith Butler (2012) traz uma grande contribuição teórica para elucidar essa questão. Segundo ela, gênero é performance e essas não são livres, são como scripts (roteiros) que já existem antes de nascermos e são mantidas por práticas sociais. Nesse sentido, a maternidade é a performance esperada do corpo que menstrua.

Já as tecnologias de gênero, como propõe Teresa de Lauretis (1994), são os dispositivos que atuam produzindo e reforçando normas, imagens e discursos que moldam continuamente o que se espera de homens e mulheres, mantendo e naturalizando papéis sociais construídos historicamente, ou as *performances*.

No livro “Segundo Sexo”, Simone de Beauvoir, escreve a consagrada frase “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, e afirma que “é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (Beauvoir, 1970, p. 9). A menarca representa um momento de transição não apenas biológica, mas principalmente sociocultural. A menina que menstrua tem seu corpo automaticamente localizado em um lugar construído socialmente, a “ficção da feminilidade” (Tarzibachi, 2017).

A menarca é considerada um evento muito significativo na vida da mulher e envolve grandes transformações de ordem somática, metabólica, neuro-motora e psicossocial, representa o estágio de amadurecimento uterino e constitui-se em importante elemento definidor da passagem do ser criança para o ser adolescente. (Bretas, *et al*, 2008). No entanto, é uma violência transformar uma criança em uma reprodutora apenas porque ela passou por um evento natural do desenvolvimento. A menarca não deve ser celebrada com uma transformação natural do corpo, antes é algo vergonhoso para ser escondido, porque “é o passo decisivo para o pecado e a vergonha, muito mais do que um passo para a maternidade” (THURÉN, 1994, p. 2). É muito cedo para a maternidade, mas a menina não é mais apenas uma menina.

As adolescentes demonstraram um grande interesse no momento em que foram apresentadas as diferentes opções de tecnologias utilizadas para fazer a gestão do sangue menstrual. Muitas não conheciam grande parte das tecnologias apresentadas e tiveram muitas dúvidas sobre as formas de utilização. Apresentou-se, ainda, a forma de ter acesso aos absorventes gratuitos distribuídos no Programa Dignidade Menstrual, uma importante política pública que contribui para a permanência das pessoas que menstruam no ambiente escolar e para a igualdade de acesso a direitos e oportunidades.

Relevância social da experiência para o contexto/público destinado e para a educação e relações com o eixo temático do COPED

A escola é um espaço democrático e deve educar o indivíduo para que se desenvolva de maneira integral e pluridimensional, além de garantir o direito a uma educação igualitária que promova a educação não sexista para a transformação de estereótipos e desigualdades de gênero na educação e na cultura. Deve ainda contribuir para a diminuição de práticas discriminatórias



que atentem contra o desenvolvimento político, social, econômico e cultural de maneira equânime para todas as pessoas.

Dessa maneira, o Letramento em Educação Menstrual é uma necessidade de toda a sociedade, não implica apenas meninas ou mulheres, implica a todos os seres humanos. Sob essa perspectiva, é preciso falar sobre menstruação para além dos gêneros, pois nem toda mulher menstrua e nem todo mundo que menstrua é mulher. E vai além de explicar aspectos biológicos e insumos para a gestão do sangramento, se propõe principalmente a desnaturalizar narrativas, estigmas e tabus, ancoradas na psique coletiva, que favorecem o adoecimento, o padecimento e o mal-estar em torno da menstruação e de corpos menstruantes.

Menstruar, portanto, também é um processo que se relaciona com cultura, educação, saúde, sociedade e economia; que une o pessoal e o político, o privado e o público, o fisiológico e o cultural. E o significado atribuído aos corpos que menstruam e a forma como esses corpos vivenciam as experiências dependem dos contextos socioculturais e históricos que eles ocupam. De um ponto de vista prático, no campo da saúde sexual, reprodutiva e menstrual, corpos demandam a necessidade de políticas públicas. No campo sociocultural, história, trabalho, economia, moral e religião atravessam os corpos.

De acordo com Freire (2004), não há prática social mais política que a prática educativa. Com efeito, a educação pode ocultar a realidade da dominação e da alienação ou pode, pelo contrário, denunciá-las, anunciar outros caminhos, convertendo-se assim numa ferramenta emancipatória.

Considerações finais

A menstruação é um problema paradoxal, como se pode observar. Geralmente compreendida como algo natural, relacionada à feminilidade, à reprodução e também à adolescência, mas também percebida como incômodo, impureza, sujeira, algo repugnante e patológico. Todas essas maneiras de se explicar a menstruação são atravessadas por perspectivas biomédicas, religiosas, patriarcais e machistas, mas é preciso dizer que esses discursos já estão sendo colocados em xeque e decolonizados por trabalhos de educação menstrual, principalmente em espaços escolares por meio de atividades de Letramento em Educação Menstrual.

Nesse sentido, a pobreza menstrual emerge como um marcador potente dessas desigualdades, evidenciando como o ciclo ovulatório-menstrual é atravessado pelo racismo, pelo machismo, pela desigualdade de gênero e pelas condições socioeconômicas. Compreender a pobreza menstrual exige ultrapassar a noção restrita de saúde ou de acesso a insumos básicos, reconhecendo-a como expressão de desigualdades estruturais que impactam direitos fundamentais.

A educação é a ferramenta que possibilita a transformação das realidades vivenciadas pelo ser humano. O conhecimento empodera para legislar sobre seu corpo e buscar alternativas que não envolvam a patologização de processos fisiológicos normais, como a menstruação, levando a uma excessiva medicalização de nossos corpos e pouca autonomia sobre o corpo e a saúde.

Referências



BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério de Educação (2017). **Resolução CNE/CP nº 2/2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, pp.41 a 44. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 maio 2026.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo – a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0Bwm3dI13n5jIMDQwNTBlOTEtZGUzOC00OGZhLWJkNjAtMjFmNTU0ZGQxMmZk/edit?resourcekey=0-Qo0Cb_36oyyXon75XELU4w. Acesso em: 10 maio 2026.

BRÊTAS, J.R.; MORENO, R.S, Eugenio DS, Sala DC, Vieira TF, Bruno PR. **Os rituais de passagem segundo adolescentes**. Acta Paul Enfermagem. 2008; 21(3): 404-11.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DAYRELL, J. **A escola como espaço sócio-cultural**. In: DAYRELL, J. (org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/529010367/DAYRELL-A-escola-como-Espaco-Sociocultural>. Acesso em: 10 maio 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogy of Indignation**. Boulder. Colorado: Paradigm, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero, e diversidade sexual**. Educ. Soc., Campinas, v. 44, 2023.

KLUG, D.P.; FONSECA, P.H. **Análise da maturação feminina: um enfoque na idade de ocorrência da menarca**. Revista Educação Física. 2006;17(2):139-47.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: Hollanda, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 121-155.

LOURO, Guacira Lopes. (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

MARTÍN, P. P. S. **Manual de introdução à Ginecologia Natural**. Ginecosofia Ediciones, 2018.

MENEGOTTO, Januária Monteiro. **Experiências menstruais de meninas adolescentes da periferia de Porto Alegre**. 2022. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/10768/2/janua%CC%81ria_monteiro_menegotto-dis.pdf. Acesso em: 10 maio 2026.

**XVII CONGRESSO
NACIONAL DE
PESQUISA EM
EDUCAÇÃO**
COPED/2026
09 A 11 DE JUNHO



**EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO
DE UM NOVO MUNDO:
UTOPIAS HEIBERLIANAS**



MINAS GERAIS (Estado). Secretaria Estadual de Educação (SEE). **Documento Orientador Programa Dignidade e Saúde em Ciclo (PDSC)**. 2023. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/Documento-Orientador-Dignidade-e-saude-em-ciclo.pdf> . Acesso em 10 maio 2026.

SEMPRE LIVRE e PLAN (Plan Internacional Brasil). **Vamos falar de Menstruação? Menstruação sem vergonha e sem tabu**. 2020. Disponível em: <http://plan.org.br/wp-content/uploads/2020/02/livreto-menstruacao-sem-vergonha-sem-tabu-sempre-livre-plan-internacional.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2026.

TARZIBACHI, Eugenia. **Cosa de mujeres. Menstruación, género y poder**. CABA: Sudamericana, 2017.

TARZIBACHI, Eugenia. **Menstrual Bodies and Gender The Transnational Business of Menstruation from Latin America**. 1. ed. Singapura: Springer Nature Singapore 2022. 164 p.

THURÉN, Britt-Marie. **Opening Doors and Getting Rid of Shame. Experiences of First Menstruation in Valencia, Spain**. Women's Studies International Forum, Birmingham, v. 17, p. 217-228, 1994.

UNFPA; UNICEF. **Pobreza Menstrual no Brasil. Desigualdades e violações de direitos**. 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf. Acesso em: 10 maio 2026.

VASQUEZ, C. R. **Educação Menstrual Emancipadora: uma via para interpelar a misoginia expressa no tabu menstrual**. Ensayo. Secretaría de las Mujeres de Alcaldía de Medellín, Medellín, 2022.
